

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/SUPEL/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1688/SEMTRAS/2025
Ampla Participação

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – RO, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 22.855.167/0001-77, com sede na Av. São Paulo, nº1490, na Cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

LOCAL LICITANET	www.licitanet.com.br
------------------------	-----------------------------

DATA DA SESSÃO	Dia 17/12/2025
HORÁRIO DA SESSÃO	09:00h horário de Brasília/DF

Objeto			
Aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilometro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.			
Valor Total Estimado			
R\$162.092,63 (Cento e Sessenta e dois mil e noventa e dois reais e sessenta e tres centavos).			
Dotação Orçamentária			
As despesas ocorrerão de acordo com as dotações orçamentárias referente a SECRETARIA MUNICIPAL, divulgadas de acordo com o disposto no Decreto Federal Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.			
Registro de Preços?	Vistoria/Amostra	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
NÃO	NÃO	SIM	MENOR PREÇO POR ITEM

Preferência ME/EPP?	Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?
() SIM (X) NÃO	NÃO	NÃO
Prazo para envio da proposta final e dos documentos para habilitação		
Até 02 horas após a convocação realizada pelo Pregoeiro		
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações
Em até 3 dias úteis antes da abertura das propostas.		Em até 3 dias úteis antes da abertura das propostas.
Disputa pelo modo ABERTO . Intervalo Mínimo de R\$ 100,00 (Cem reais) .		

AVISO : Recomendamos aos Licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, formulação das propostas de preços, e documentos de habilitação, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório. Dúvidas: (69) 3642-2350 cplsaomiguel@gmail.com

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/SUPEL/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1688/SEMTRAS/2025
Ampla Participação

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – RO, através da Superintendencia Municipal de Licitações - SUMPEL, no uso de suas atribuições Lei nº 2341/2024, alterada pela Lei nº 004/2025, Decreto Municipal nº 2401/2025, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local indicados, realizará Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Instrumento, com modo de disputa **Aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilometro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**, conforme condições e quantitativos constantes neste edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a IN SEGES/ME nº 73/2022, no tocante à condução eletrônica e critérios de julgamento, com os Decretos Municipais nº 2613/GP/2009, nº 339/2018 e nº 1744/2023 e demais exigência deste Edital, tendo como unidade interessada a **Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social – SEMTRAS**.

Em caso de discordância e/ou contradição existente entre as especificações do objeto descritas na plataforma da Licitanet e as especificações técnicas constantes neste Edital e seus anexos, prevalecerão as previstas neste instrumento convocatório, não sendo aceito alegações de suposta indução ao erro, razão pela qual a licitante deverá se atentar unicamente as descrições do objeto contidas neste Edital e Termo de Referência.

Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro ou à Comissão com relação aos mesmos. Todas as informações, exigências e determinações contidas no Termo de Referência são de inteira responsabilidade do setor que o elaborou (SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL - SEMTRAS), não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, com relação ao mesmo.

Editais e demais documentos: O Edital e a documentação que o acompanha poderão ser obtidos no site : www.saomiguel.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações e www.licitanet.com.br, jornal de Circulação Diária Regional "A Gazeta de Rondônia", e Associação Rondoniense dos Municípios/AROM (www.diariomunicipal.com.br/arom), Diário Oficial do Estado - D.O.E. e Diário Oficial da União - D.O.U.

Data da sessão: 17/12/2025

Horário da sessão: 09:00h horário de Brasília/DF

Intervalo Mínimo de Lances: R\$ 100,00 (Cem Reais)

Valor Total Estimado: R\$ R\$162.092,63 (Cento e Sessenta e dois mil e noventa e dois reais e sessenta e tres centavos).

Meios para contato:

Telefones: (69) 3642-2350

E-mail: cplsãomiguel@gmail.com

Dias e horários: Segunda sexta das 07:00 às 13:00 horas (Horário Local).

OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente Licitação **Aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilometro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**, conforme condições e quantitativos constantes neste Edital e seus Anexos. Trata-se de bens móveis duráveis, classificados como bens comuns, conforme art. 6º, inciso XXIII, alínea alínea “a” da Lei 14-133/2021. Os veículos

devem atender as normas do Contran e Denatran.

1.2 A licitação será realizada por item, as descrições e quantitativos serão conforme descrito no Termo de Referência, o qual é parte integrante deste Edital.

1.3 O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM.

1.4 Fica facultada à licitante participar de quantos itens forem de seu interesse.

1.5 A licitante deverá ficar atenta às especificações dos itens, especialmente quando indicar marcas como referência de qualidade, necessidade de padronização, necessidade de manter a compatibilidade com plataformas padrões ou única capaz de atender, assim como, eventuais vedações de marcas ou produtos que não atendam as expectativas da Administração, conforme art. 42 da Lei 14.133/2021.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas ocorrerão de acordo com as dotações orçamentárias da referente SECRETARIA MUNICIPAL, divulgadas de acordo com o disposto no Decreto federal Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

2.2 A projeção da despesa para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária próprias, consignada no orçamento municipal para o exercício corrente, na seguinte rubrica:

2.3 Programática: 07.001.08.244.0012.2.093 – Aquisição de Veículo Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – 16600070 e 26600070 Equipamentos e Material Permanente.

DO CADASTRO NO SISTEMA E DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema Eletrônico da Licitanet (www.licitanet.com.br).

3.1.1 No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades de natureza compatível ao objeto de licitação.

3.1.2 Para verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.

3.2 A participação na presente licitação se dará mediante Sistema Eletrônico, através da ferramenta informatizada do Sistema Eletrônico da Licitanet, aba Pregão Eletrônico, disponível no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, que está integrado ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

3.3 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: (34) 3014-6633 e (34) 99807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

3.4 A licitante que não for cadastrada, deverá realizar o seu cadastramento na plataforma e atender aos procedimentos nela previstos, para acesso ao sistema e operacionalização, inclusive autorizar a Plataforma Licitanet a expedir boleto de cobrança bancária referente as taxas de utilização.

3.4.1 A conexão com rede de internet e materiais necessários para a licitante participar deste certame é de total responsabilidade da mesma.

3.4.2 A licitante é a responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.4.3 É de responsabilidade da licitante cadastrada conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.3.1 Os licitantes que participarem com cadastro desatualizados na plataforma LICITANET como ME/EPP, e ficar posteriormente comprovado o desenquadramento no último Balanço, com faturamento bruto superior a R\$ 4.8 milhões (Art. 3º. da Lei 123/06), serão automaticamente inabilitados, conforme Acórdãos; 2.891/2019 e 1.488/2022 ambos do TCU-Plenário.

3.5 A participação nesta licitação significa:

3.5.1 Que a licitante e as pessoas que a representam leram este Edital, conhecem e concordam plenamente com as instruções, deveres e direitos aqui descritos.

3.5.2 Conhecem a legislação desta modalidade de licitação, bem como àquelas que indiretamente

a regulam.

3.5.3 Conhecem e entendem a dinâmica e operacionalização do pregão em sua forma eletrônica.

3.5.4 Tem plena ciência de que não cabe, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens, das condições de fornecimento ou participação ou questionamento quanto ao seu conteúdo.

3.6 Não poderão participar deste certame licitantes:

3.6.1 Que não atendam às condições do Edital e seu(s) anexo(s).

3.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.6.8 Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.9 Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nesta condição.

3.3.10 Sociedades cooperativas.

3.5.11 Que se encontrem sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

3.5.11.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/05, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

3.5.12 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.13 O impedimento de que trata o item 3.5.4 se aplica também a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

3.5.14 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5.15 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5.16 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.5.17 A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.6.1 As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 deverão declarar, em campo próprio do sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da referida.

3.6.2 A não apresentação do documento mencionado no item anterior configurará renúncia aos benefícios da citada legislação.

3.6.3 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte participe da licitação e sendo vencedora deverá atender todas as exigências de habilitação conforme edital e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação e neste edital.

3.6.5 A obtenção dos benefícios previstos na LC 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.licitanet.com.br.

4.1.1 A licitante que tiver o interesse em participar por procurador credenciado ou empresa associada à Licitanet, deverá nomear por meio do instrumento de mandato (procuração), com firma reconhecida, operador devidamente credenciado, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.licitanet.com.br.

4.1.2 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Licitanet.

4.2 A participação da licitante no pregão eletrônico, seja por participação direta ou por meio de empresas cadastrada à Licitanet, deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva da Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.5 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Até **3 dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

5.2. A impugnação será realizada exclusivamente por meio do campo específico da plataforma eletrônica www.licitanet.com.br.

5.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico responsável pela elaboração do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação.

5.4. Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e, caso afete a formulação das propostas, nova data será designada pela Administração para a realização do certame.

5.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **3 dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente no campo específico da plataforma eletrônica www.licitanet.com.br.

5.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência.

5.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.8. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.9. Os prazos limites para recebimento dos pedidos de esclarecimentos e impugnação, devem respeitar o horário final do expediente da Administração Pública Municipal.

APRESENTAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

6.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2 A licitante interessada, deverá encaminhar sua proposta, exclusivamente, por meio do Sistema Eletrônico da Licitanet - www.licitanet.com.br.

6.2.1 A proposta deverá ser inserida no seu respectivo lugar contendo a descrição do objeto ofertado e o preço com todos os dados da empresa, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;

6.2.2 Caso não possua campo específico para sua inserção, bem como documentos adicionais, deverão ser inseridos no campo Outros Documentos na plataforma Licitanet.

6.2.3 Também deverá ser anexada na proposta eletrônica: catálogos, encartes, folhetos técnicos ou folders dos serviços fornecidos (quando solicitado), devendo conter as especificações mínimas solicitadas no Termo de Referência e atender aos seguintes enunciados:

a) quando o documento anexado estiver em língua estrangeira, o mesmo deverá ser traduzido para a língua portuguesa;

b) caso no documento anexado constem diversos modelos, o pregoeiro solicitará que o licitante identifique/destaque qual a marca/modelo que estará concorrendo na licitação.

6.3 A proposta a ser encaminhada via sistema será preenchida e assinada pela licitante interessada no próprio sistema, devendo identificar:

a) a descrição do objeto ofertado, de acordo com as informações constantes no Termo de Referência;

b) a marca e o fabricante do produto, quando for o caso;

c) a quantidade, de acordo com as informações constantes no Termo de Referência;

d) o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado no presente Edital (mensal, unitário etc, conforme o caso e anual/total) de cada item.

6.3.1 Fica vedado qualquer identificação do licitante, seja no cadastro da proposta inicial, seja durante a fase de disputa, sob pena de desclassificação, conforme artigo 178 da Lei nº 14.133, de 2021. Portanto, caso a marca e modelo do objeto ofertado pelo licitante, reflita qualquer similaridade com nome empresarial ou fantasia da pessoa jurídica, mesmo que por coincidência, fica autorizado utilizar nos campos modelo/marca o preenchimento como marca própria ou simplesmente próprio.

6.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

6.4.1 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.4.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços/objetos nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua

apresentação.

6.9 As licitantes devem respeitar os preços máximos ou o desconto mínimo estabelecidos em Edital, quando participarem de licitações públicas.

6.10 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta de preço anteriormente inseridos no Sistema.

6.11 A licitante, além de encaminhar a proposta, deverá preencher em campo próprio do sistema eletrônico o valor da sua proposta correspondente ao **PREÇO POR ITEM**, para fins de disputa, expresso em real, incluindo todos os custos necessários à execução do objeto, tais como impostos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, taxas, seguros, insumos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo direto ou indireto do objeto.

6.12 No cadastramento da proposta inicial, a licitante deverá, também, assinalar Termo de Aceitação em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.13 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.13.1 Na hipótese de o Sistema Eletrônico solicitar que se assinale item a item e existir item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo não impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

6.13.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, caso a licitante que tenha os benefícios da Lei Complementar 123/2006 assinalar no campo não apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na respectiva Lei Complementar.

6.14 Desde que disponibilizado, fica facultado à licitante, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, com o registro do seu lance final aceitável.

6.14.1 Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pela licitante e o intervalo mínimo entre lances intermediários ou que cobrir a melhor oferta.

6.14.2 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente.

6.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ela no sistema quando o critério de julgamento for por menor preço ou percentual de desconto menor a lance já registrado por ela no sistema quando o critério de julgamento for por maior desconto.

6.16 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos pelas demais licitantes na forma da seção seguinte deste Edital.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A partir da data e horário estabelecidos em Edital, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste instrumento.

7.2 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis, que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, ou que identifique a licitante.

7.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 A licitante somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.6.1 A licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ela ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como lances intermediários.

7.7 O procedimento seguirá de acordo com o modelo de disputa **ABERTO**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.8 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.9 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11 Encerrada a fase competitiva poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço e definição de colocações, se a diferença em relação a proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento) da melhor proposta.

7.11.1 Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos anteriormente, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto à

Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#).

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.2.1 O tratamento diferenciado não será aplicado às licitações cujo item seja de valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ainda que as potenciais beneficiárias sejam qualificadas como ME, EPP ou equiparada.

7.18.2.2 A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada não poderá fazer uso do tratamento diferenciado se no ano-calendário de realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte ou equiparadas melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#) nesta ordem:

7.19.1 Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

7.19.2 Avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

7.19.3 Desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.

7.19.4 Desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Município;
- b) empresas estabelecidas no território do Estado de Rondônia;
- c) empresas brasileiras;
- d) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21 A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.23 O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24 O Pregoeiro solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

7.26 Após a negociação do preço e o encaminhamento da proposta adequada ao último lance, e se for o caso, os documentos complementares, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA ACEITAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores;

<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarCRC.jsf>

b) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis, por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

c) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; <https://certidoes.cgu.gov.br>

d) TCU - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União, <https://certidoes-apf.ap.ps.tcu.gov.br>

8.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.1.2 Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

8.1.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.4 A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.2 Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

8.3 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4 Caso a licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido no presente Edital.

8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) conter vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação; oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6.1 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.6.1.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após

diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.6.1.2 Para presunção de inexecutabilidade de preços prevista no subitem acima, definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021, será assegurado ao licitante o direito de comprovação de exequibilidade, em atenção aos princípios da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência (Súmula TCU 262), a ser enviado juntamente com a documentação de habilitação, sob pena de inabilitação na recusa (Acórdão 465/2024 - PLENÁRIO Relator Augusto Sherman).

8.7 Os erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, desde que não alterem a sua substância.

8.7.1 A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.8 Não será exigido amostras/protótipos.

8.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos exigidos para fins de habilitação serão somente em relação à licitante vencedora do certame e entregue em momento posterior ao julgamento das propostas, com exceção dos casos em que a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas, quando deverão ser exigidos de todas as licitantes.

9.1 Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas, a apresentação da documentação deverá ocorrer em conformidade com os prazos fixados no edital.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação apresentados em formato digital, via sistema no prazo de até 02 (duas) horas contados da solicitação do Pregoeiro.

9.4.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.5 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência quando entender que os documentos apresentados são inconclusivos, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das

propostas.

9.8.1 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará em inabilitação da licitante, exceto nos casos permitido pelo agente de contratação, quando entender que a falha pode ser sanada, através de documentos complementares aos já apresentados, nos termos do ACORDÃO 1211/2021 PLENÁRIO (relator Walton Alencar Rodrigues).

9.9 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10 Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

9.11 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.12 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.13 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.14 Será verificado ainda se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.15 Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.16 A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.17 Regularidade Jurídica

- a) Cédula de Identidade e CPF do(s) sócios ou proprietário da empresa;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.17.1 No caso da alínea C, caso a empresa for identificada como EIRELI em seus atos constitutivos, ela deverá ser considerada como convertida em SLU, automaticamente pelo agente de contratação, devendo os seus atos constitutivos serem considerados regulares como EIRELI, mas a empresa deverá se comportar na contratação como uma SLU.

9.18 Regularidade fiscal, social e trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa), de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro da validade;

d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

e) Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

f) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.18.1 A licitante enquadrada como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.18.2 Caso a licitante seja considerada isenta de alguns dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9.19 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

9.19.1 Certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, com data não excedente a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação;

9.19.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº11.101/05, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.19.3 As microempresas e empresas de pequeno porte terão direito à aplicação dos benefícios previstos nos arts. 4º a 12 da Lei Complementar nº 123/2006, desde que atendam às exigências legais.

9.19.4 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, de acordo com o artigo 31 da Lei nº 14.133/2021;

9.19.5 As microempresas e empresas de pequeno porte terão direito à aplicação dos benefícios previstos nos arts. 4º a 12 da Lei Complementar nº 123/2006, desde que atendam às exigências legais;

9.19.6 Toda a documentação apresentada deverá estar com prazo de validade vigente na data de abertura do certame, e deverá ser apresentada em original, por cópia autenticada ou publicação em órgão da imprensa oficial.

9.20 Qualificação Técnica.

9.20.1 Para fins de **qualificação técnica**, a empresa fornecedora do objeto deverá apresentar no ato da apresentação da proposta:

9.20.1.1 Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a empresa forneceu veículos com características iguais ou similares às exigidas no presente termo, em original ou cópia por qualquer processo de autenticação, sem emendas ou rasuras, constando os dados da empresa contratada e assinado(s) por seu representante legal.

9.20.1.2 O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

a) Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;

b) Endereço completo;

c) Manifestação acerca da qualidade do serviço prestado/entrega dos produtos; e

d) Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse do Pregoeiro;

9.20.2 No caso de atestados fornecidos por empresa privada deverá estar com firma reconhecida em cartório do signatário e/ou assinatura digital, e não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão considerados

como pertencentes ao mesmo grupo, empresas controladas pela licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio com poder de direção da empresa emitente e da empresa licitante.

9.21 - Documentação Complementar

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.
- b) Declaração da licitante, sob as penas do Art. 299 do código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, do produto licitado para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas, podendo ser adotado o modelo constante do Anexo deste Edital.
- c) Declaração da licitante que não possui em seu quadro gerencial ou societário, Agente Político ou Administrativo do município, bem como pessoas ligadas a qualquer um deles por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até terceiro grau.
- d) Declaração de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte I/c 123/06.

DOS RECURSOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e art. 235.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.3.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC 123/06. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 As licitantes remanescentes serão convocadas para acompanhar a sessão reaberta, por meio do sistema eletrônico (chat, e-mail), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do

Pregoeiro/Agente de Contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.2 Após adjudicação e homologação, a licitante vencedora do certame terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, a qual se dará por email previamente informado, para assinatura do Contrato.

12.2.1. O prazo previsto para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pela parte e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

12.2. Por ocasião da assinatura do Contrato, verificar-se-á, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

12.2.1 Na hipótese de irregularidade, será dado 05 (cinco) dias corridos para regularizar a situação, sob pena de aplicação da sanção administrativa.

12.3. O não comparecimento no prazo da convocação para assinatura do Contrato, acarretará a imediata perda do direito de contratar, sem prejuízo das sanções administrativas, salvo em face de motivo de força maior, devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

12.4. Quando a licitante convocada não assinar o contrato e/ou retirar/receber a Nota de Empenho no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outra licitante para fazê-lo, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

12.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, admitida a sua prorrogação quando o objeto não for concluído no período firmado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

12.6 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contado da data do procedimento licitatório que originou o presente instrumento.

12.6.1 Após o interregno do prazo definido no item 12.6, havendo saldo de produto, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.6.2 Ficam os licitantes classificados até o 5º lugar, cujas propostas estejam em conformidade com o edital, automaticamente incluídos como integrantes do cadastro reserva, podendo ser convocados para fornecimento nas mesmas condições do primeiro colocado, em caso de desistência, inadimplência, rescisão ou impedimento do fornecedor registrado

12.6.3 As Sanções Administrativas estarão previstas em edital e contrato;

12.6.4 As obrigações das partes estarão previstas em edital e contrato;

12.6.5 Aplica-se no que couber as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

13

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1 São obrigações da Contratante:

14.1.1 Receber a camionete cabine dupla, zero quilômetro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de acordo com as especificações estabelecidas no contrato;

14.1.2 Não assumir responsabilidades pela contratada, garantindo que o objeto adquirido esteja em conformidade com o estabelecido no contrato e que todas as obrigações da contratante foram cumpridas de acordo com o acordado;

14.1.3 Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao regular cumprimento do contrato, inclusive acesso a informações e documentos pertinentes.

14.1.4 Efetuar o recebimento dos veículos entregues, realizando a conferência das especificações técnicas e das condições contratuais.

14.1.5 Realizar a fiscalização do objeto adquirido, verificando se o mesmo atende aos requisitos técnicos e de qualidade previamente acordados.

14.1.6 Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade verificada no fornecimento, bem como solicitar providências para sua correção.

14.1.7 Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos que não estejam em conformidade com as especificações do contrato e exigir a substituição imediata, sem ônus para a Administração Pública.

14.1.8 Efetuar o pagamento à contratada conforme as condições e prazos estabelecidos no contrato, após o recebimento definitivo dos veículos e apresentação da documentação fiscal

adequada.

14.1.9 Designar servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução contratada.

14.1.10 Cumprir fielmente os compromissos assumidos no contrato, observando a legislação vigente aplicável à matéria.

14.1.11 Proporcionar apoio administrativo e operacional, sempre que necessário, para garantir a correta execução do objeto contratado.

14.1.12 Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei.

14.1.13 Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, seja através de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2 São obrigações da Contratada:

14.2.1 Entregar a camionete cabine dupla zero quilômetro conforme as especificações e prazos definidos no contrato;

14.2.2 Fornecer veículo novo, em perfeito estado de conservação, funcionamento e de acordo com as normas técnicas e legais vigentes;

14.2.3 Realizar a manutenção necessária para garantir que a camionete permaneça em perfeitas condições de uso e habilitação para atender as necessidades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

14.2.4 Apresentar toda a documentação necessária para regularização e circulação do veículo, incluindo, mas não se limitando a, notas fiscais, certificados de garantia, manual do proprietário, CRLV e demais documentos exigidos por órgãos competentes.

14.2.5 Prestar garantia técnica pelo prazo estabelecido no contrato, assumindo a responsabilidade por eventuais defeitos de fabricação ou vícios ocultos.

14.2.6 Disponibilizar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia.

14.2.7 Substituir, sem custos adicionais, quaisquer peças ou componentes que apresentem defeitos durante o período de garantia.

14.2.8 Cumprir todas as normas de segurança, ambientais e legais aplicáveis ao fornecimento e entrega do veículo.

14.2.9 Comunicar formalmente a Secretaria Municipal sobre qualquer fato que possa interferir no cumprimento do contrato.

14.2.10 Manter sigilo sobre informações e documentos a que tiver acesso em função da execução do contrato, utilizando-os exclusivamente para os fins deste.

14.2.11 Atender prontamente às solicitações e notificações feitas pela contratante durante todo o período de vigência do contrato.

14.2.12 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

14.2.13 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

14.2.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

14.2.15 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, garantia, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia igual ao do fabricante e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato

LOCAL DE ENTREGA

15.1 O prazo de entrega do veículo será de 30 dias após a entrega do empenho a empresa vencedora

e deveser entregue no almoxarifado central, localizado na na Av. Capitão Silvio, ao lado da Prefeitura Municipal, Bairro Planalto, em São Miguel do Guaporé/RO, no horário as 07h às 13h, de segunda a sexta-feira.

15.2 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO: Conforme item 6 do Termo de Referencia.

DA FORMA E PRAZO DE ENTREGA:

15.3 O veículo deve ser novo (zero quilômetro), com todos os acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e demais normas aplicáveis, licenciados, emplacados no Estado de Rondônia, e entregues com todos os documentos legais necessários, incluindo: manual do proprietário, certificado de garantia do fabricante e chave reserva.

15.4 No ato da entrega, será realizada inspeção técnica por servidor designado da Secretaria Municipal para verificar o cumprimento das especificações, a integridade física e o funcionamento dos veículos.

15.5 A entrega deverá ser formalizada por meio de Termo de Recebimento Provisório, o qual será convertido em Termo de Recebimento Definitivo após verificação e aceite técnico formal, conforme previsto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

15.6 A entrega deverá ser acompanhada de termo de recebimento e vistoria.

15.7 Caso sejam identificadas inconformidades, a contratada será notificada para correção ou substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

15.8 O fornecedor deverá ser pessoa jurídica regularmente constituída, apta a fornecer veículos automotores, com representação ou concessionária da marca no território nacional.

15.9 Todos os custos de transporte, documentação, emplacamento e entrega deverão estar inclusos no valor contratado.

15.10 O fornecedor deverá entregar os veículos novos, em perfeito estado de uso e funcionamento, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e no edital da licitação.

15.11 O fornecimento inclui todos os acessórios e equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação vigente, bem como aqueles descritos nas especificações técnicas do objeto.

15.12 Os veículos deverão ser entregues com toda a documentação necessária para o registro e circulação, incluindo, mas não se limitando a: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), manual do proprietário, comprovante de garantia e demais documentos exigidos por órgãos reguladores.

15.13 Durante o período de garantia, o fornecedor deverá prestar suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, e fornecer peças originais para eventual substituição, conforme previsto no contrato.

15.14 Caso haja atraso na entrega, serão aplicadas as penalidades previstas no contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

16 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

a) Procedimentos para recebimento provisório e definitivo: O recebimento provisório será realizado após a entrega da camionete e a verificação da conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no contrato. O recebimento definitivo será feito após a utilização da camionete pelo CRAS por um determinado período de tempo, sem apresentar problemas ou defeitos.

b) Prazos para liquidação e pagamento: O pagamento será realizado após o recebimento definitivo da camionete, de acordo com os prazos estabelecidos em contrato.

c) Documentos obrigatórios: Para o pagamento, serão exigidos os seguintes documentos: nota fiscal, comprovante de regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, certidões negativas de débitos, entre outros documentos exigidos pelas normas vigentes.

d) O pagamento estará condicionado à verificação da conformidade dos veículos com as

especificações técnicas, à regularidade fiscal da empresa fornecedora junto aos órgãos competentes e ao cumprimento de todas as obrigações contratuais.

e) Eventual possibilidade de antecipação de pagamento: Não há previsão de antecipação de pagamento, sendo o pagamento realizado após o recebimento definitivo da camionete.

f) Responsabilidades relacionadas à regularidade fiscal e trabalhista: O fornecedor deverá estar regular perante os órgãos fiscais e trabalhistas, apresentando as certidões e comprovantes necessários para garantir a regularidade da empresa. O não cumprimento dessas obrigações poderá acarretar em penalidades, inclusive a rescisão do contrato.

g) Ocorrendo falhas ou defeitos nos veículos entregues, o pagamento poderá ser retido até a devida correção, conforme cláusulas contratuais.

h) Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, incidirá atualização monetária com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

i) Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendências por parte da contratada, sejam de natureza técnica ou documental, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Sanções administrativas são medidas punitivas que podem ser aplicadas pela Administração Pública em caso de descumprimento das obrigações previstas no contrato de aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilometro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, as sanções previstas são a advertência, multa, impedimento e declaração de inidoneidade;

17.2 Comete **infração administrativa** a licitante ou contratada que, por **dolo ou culpa**, praticar quaisquer das condutas tipificadas na Lei nº 14.133/2021, em especial:

17.2.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato.

17.2.2 Dar causa à inexecução parcial que acarrete **grave dano à Administração**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.2.3 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento exigido pelo Pregoeiro/Agente de Contratação;

17.2.4 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta ofertada, ensejando na mesma infração:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ou após a negociação, dentro do prazo;

b) Não encaminhar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado após a fase competitiva;

17.2.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para sua formalização, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, incluindo:

a) Recusar-se sem justificativa, a assinar o Contrato, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente ao contrato no prazo estabelecido pela Administração.

17.2.6 Retardar, sem motivo justificado, a execução contratual ou entregar objeto com vícios, defeitos ocultos ou fora das especificações;

17.2.7 Apresentar **declaração ou documentação falsa**, seja na fase licitatória ou na execução contratual;

17.2.8 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato e durante a sessão eletrônica.

17.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.2.10 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

17.2.11 Cometer **ato lesivo à Administração Pública**, na forma do art. 5º da **Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**.

17.3 A licitante ou contratada que cometer qualquer das infrações previstas ficará sujeita, **sem prejuízo da responsabilidade civil e penal**, às seguintes **sanções administrativas**, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021:

a) Advertência;

- b) Multa Moratória;
 - c) Multa Compensatória;
 - d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 17.3.1** §1º As penalidades de advertência, impedimento e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com multa, observando-se o devido processo legal.
- 17.4** Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.5** O processo de aplicação das penalidades observará o contraditório e a ampla defesa, tramitando conforme o disposto nos arts. 158 e 159 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.6** A advertência será aplicada como medida pedagógica, para infrações de pequena relevância que não causem grave dano à Administração, ao serviço público ou ao interesse coletivo, como:
- a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
 - b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 17.7** A multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas, no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, conforme a gravidade, sendo:
- 17.7.1** 0,5% a 5% — para infrações leves (itens 17.2.4 e 17.2.5);
 - 17.7.2** 5% a 10% — para recusa em reforçar garantia contratual ou atraso leve (17.2.6);
 - 17.7.3** 10% a 20% — para inexecução parcial sem dano grave (17.2.3);
 - 17.7.4** 20% a 30% — para infrações graves (17.2.2, 17.2.7 a 17.2.11).
- 17.8** A multa moratória será aplicada quando houver atraso injustificado na entrega do objeto, conforme:
- 17.8.1** 0,2% ao dia até o 10º dia de atraso;
 - 17.8.2** 0,3% ao dia do 11º ao 20º dia;
 - 17.8.3** 0,5% ao dia do 21º ao 30º dia.
 - 17.8.4** Após o 30º (trigésimo) dia, a Administração avaliará a rescisão contratual com base nos arts. 137 a 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.9** Caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação da decisão, dirigido à autoridade que aplicou a sanção, que, se não reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior para decisão final.
- 17.10** A aplicação das sanções não exime o dever de reparar integralmente os danos causados, conforme previsto no art. 161 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.11** A aplicação das sanções previstas no item 17.2 admitem a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:
- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
 - b) Pagamento da multa;
 - c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
 - d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
 - e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
 - f) A Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal. (Baseada nos arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021).

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1 A gestão do contrato de "Aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilômetro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS" seguirá as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre o novo marco legal das licitações e contratos administrativos.

18.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.3 Para garantir o cumprimento do contrato, serão estabelecidos procedimentos claros para a comunicação entre as partes, incluindo prazos para solicitação de fornecimento, comunicação de eventuais problemas ou atrasos, entre outros. Todas as providências necessárias para o bom andamento do contrato serão adotadas de forma ágil e eficiente, visando garantir o fornecimento do papel sulfite dentro das especificações e quantidades previstas.

18.4 O contrato será acompanhado por um gestor de contratos cujas atribuições são relativas aos aspectos administrativos contratuais, como: instruir o processo do contrato com toda a documentação relativa à execução e fiscalização do contrato, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental.

18.5 A fiscalização do contrato será realizada de forma técnica, administrativa e setorial, por meio de acompanhamento regular das entregas, verificação da qualidade do material fornecido, análise dos documentos fiscais e demais aspectos relacionados ao contrato. Qualquer irregularidade ou descumprimento por parte do fornecedor será imediatamente comunicado e adotadas as medidas cabíveis.

18.6 Após a assinatura do contrato será elaborado o plano de fiscalização do contrato que terá como referência o Termo de Referência, Edital e instrumento contratual e constará as estratégias de execução e fiscalização do contrato.

18.7 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) os resultados alcançados em relação ao contrato, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida, quando se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra;
- c) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) a satisfação do público usuário, quando cabível.

18.7.1 O fiscal do contrato deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

- I - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- II - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7.2 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

18.8 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos

observados.

18.9 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das sanções cabíveis e que ultrapasse sua competência.

18.10 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18.11 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.12 Em casos de inexecução total ou parcial do contrato, serão aplicadas as sanções previstas na legislação, tais como multas, rescisão do contrato, suspensão temporária de participação em licitações, entre outras. A transparência, a legalidade e a eficiência na gestão do contrato serão prioridades, visando garantir a qualidade do serviço prestado e o correto uso dos recursos públicos.

18.13 As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico da contratada, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

18.14 Quaisquer dúvidas serão sanadas pelos contatos:
(69) 3642-2350 e E-mail: cplsãomiguel@gmail.com

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 A ata da sessão pública será divulgada no Sistema Eletrônico da Licitanet.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.

19.4 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.5 A homologação do resultado desta licitação será feita pela Autoridade Superior.

19.6 A Autoridade Superior poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.7 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento das obrigações constantes nos contratos.

19.8 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo ainda, todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, uma vez que o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Administração Pública Municipal.

19.10 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

19.11 Quaisquer esclarecimentos, dúvidas ou impugnações referentes a este Termo deverão ser

encaminhados formalmente à Secretaria Municipal, dentro dos prazos estipulados no edital.

19.12 A Secretaria reserva-se o direito de promover diligências para verificar a veracidade das informações prestadas pela contratada, bem como fiscalizar rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais.

19.13 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações.

19.14 No caso de todas as licitantes restarem desclassificadas ou inabilitadas (procedimento fracassado), a Administração poderá:

19.14.1 Republicar o presente aviso com uma nova data.

19.14.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

19.14.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

19.15 Os casos omissos no presente certame serão resolvidos com base na Lei Federal nº 14.133/2021, subsidiariamente pela Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber, bem como pela jurisprudência dos órgãos de controle e princípios gerais do Direito Administrativo. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da presente licitação, será competente o Foro da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.16 Integram este instrumento, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.16.1 Anexo I: Descrição do Objeto;

19.16.2 Anexo II: Termo de Referência

19.16.3 Anexo III: Modelo de Proposta de Preço;

19.16.4 Anexo IV: Modelo de Declaração Conjunta;

19.16.5 Anexo V: Modelo de Declaração de MEI, ME ou EPP;

19.16.6 Anexo VI: Termo de Compromisso e;

19.16.7 Anexo VII: Minuta do Contrato.

São Miguel do Guaporé - RO, 05 de dezembro de 2025.

Autorizado por: Edvaldo Ferreira da Silva
Superintendente de Licitações
Portaria nº 285/Gab/2025
Decreto nº 2296/2025

Elaborado por:
Jonatas Souza Sampaio
Gerente de Execução e Controle de Licitação
Port. Nº 318/Gab/2025

ANEXO I
DESCRIÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid	Quant	Valor Unit	Valor Total
1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO Tipo: Caminhonete Cabine: Dupla - Combustível: Flex (álcool e gasolina) - Ano/Modelo: 2025 ou superior - Quilometragem: Zero quilômetro - Portas: 4 portas EQUIPAMENTOS: - Ar condicionado - Vidros dianteiros elétricos - Câmbio: Manual de 5 marchas ou automático - Direção: Hidráulica / Elétrica - Airbag: 2 airbags (motorista e passageiro) - Apoios de cabeça: Dianteiros com regulagem de altura - Freios: ABS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: - Pintura: Sólida - Pneus: Aro 17 - Tanque de combustível: Mínimo de 55 litros - Carga útil: Mínima de 1000kg - Caçamba / Porta malas: Mínimo de 900 litros Mínimo do motor 1.3 turboflex. mínimo de potencia 176 cv OUTROS REQUISITOS: - Documentação: O veículo deve estar devidamente documentado e licenciado. - Garantia: O veículo deve ter garantia de fábrica. Deve vir devidamente emplacado. - Condições de entrega: O veículo deve ser entregue em perfeitas condições, com todos os equipamentos e acessórios funcionando corretamente.	UN	1	R\$162.092,63	R\$162.092,63
VALOR TOTAL					162.092,63

ANEXO II

TERMO DE REFERENCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo n.º 1688/2025

1. INTRODUÇÃO

Demanda: Necessidade de veículo adequado para atender à demanda do CRAS no transporte de pessoas e materiais.

Objeto: Aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilometro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

O mesmo tem como base o *caput* do **Inciso XXIII, Art.º 6º, Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021**, e contém os elementos descritivos ao longo das **alíneas “a” a “j”** ainda dentro do inciso supracitado.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Alínea “a”, Inciso XXIII, Art. 6º, Lei n.º 14.133/2021)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	Aquisição de veículo Tipo: Caminhonete - Cabine: Dupla - Combustível: Flex (álcool e gasolina) - Ano/Modelo: 2025 ou superior - Quilometragem: Zero quilômetro - Portas: 4 portas EQUIPAMENTOS: - Ar condicionado - Vidros dianteiros elétricos - Câmbio: Manual de 5 marchas ou automático - Direção: Hidráulica / Elétrica - Airbag: 2 airbag (motorista e passageiro) - Apoios de cabeça: Dianteiros com regulagem de altura - Freios: ABS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: - Pintura: Sólida - Pneus: Aro 17	UN	1	R\$162.092,63	R\$162.092,63

- Tanque de combustível: Mínimo de 55 litros - Carga útil: Mínima de 1000kg - Caçamba / Porta malas: Mínimo de 900 litros - Mínimo do motor 1.3 Turboflex - Mínimo da potência 176cv - OUTROS REQUISITOS: - Documentação: O veículo deve estar devidamente documentado e licenciado. - Garantia: O veículo deve ter garantia de fábrica. - Deve vir devidamente emplacado.				
--	--	--	--	--

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Alínea "b", Inciso XXIII, Art. 6º, Lei n.º 14.133/2021)

A contratação da aquisição de uma caminhonete cabine dupla, zero quilômetro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, se justifica pela necessidade institucional de garantir transporte adequado para o deslocamento de profissionais e materiais necessários para o atendimento da população atendida pelo CRAS. A caminhonete será essencial para realizar o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, realizar visitas domiciliares, transportar materiais de assistência, entre outras atividades. Além disso, a contratação deste objeto está alinhada ao Plano de Contratações Anual, que prevê a aquisição de bens e equipamentos necessários para o pleno funcionamento das atividades do CRAS. A caminhonete cabine dupla se enquadra nas necessidades identificadas no plano e contribuirá para a melhoria dos serviços prestados à comunidade atendida.

As legislações e atos normativos que embasam a necessidade de contratação da caminhonete cabine dupla incluem as competências do Diretor Administrativo Financeiro, que é responsável por propor ações direcionadas à logística e ao transporte escolar, coordenar a realização do processo licitatório, indicar os gestores e fiscais de contratos relativos à sua área de competência, entre outras atividades. Além disso, a Unidade de Licitação tem competência para coordenar e elaborar os



procedimentos licitatórios em conjunto com a Diretoria Administrativo Financeira e Diretoria Técnica de Engenharia, garantindo a observância da legislação vigente.

Portanto, considerando a necessidade institucional, o alinhamento com o Plano de Contratações Anual e as competências previstas nos atos normativos que embasam a contratação, a aquisição da caminhonete cabine dupla se mostra fundamentada e necessária para garantir a eficiência e qualidade do atendimento prestado pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

4. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

A aquisição da camionete cabine dupla para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é de extrema relevância para o interesse público e a melhoria da arrecadação/eficiência administrativa, visto que o veículo permitirá maior agilidade e eficiência no atendimento às demandas da população, bem como na realização de visitas domiciliares e no transporte de equipes de profissionais que prestam assistência social.

Além disso, a aquisição da camionete contribuirá para um impacto positivo na gestão pública e na arrecadação de receitas, uma vez que possibilitará o aumento da cobertura e qualidade dos serviços oferecidos pelo CRAS, resultando em uma maior satisfação da população atendida e, conseqüentemente, em uma possível melhoria na captação de recursos.

A necessidade de cumprimento das legislações federais e estaduais também é um ponto relevante a ser considerado, uma vez que a aquisição de materiais permanentes, como veículos, deve ser feita em conformidade com a legislação vigente, garantindo assim a legalidade e transparência do processo de contratação.

Por fim, a melhoria na qualidade de vida da população é outro fator importante a ser considerado, uma vez que a disponibilização de um meio de transporte adequado para atender às demandas do CRAS contribuirá para a efetivação dos direitos sociais e para a promoção do bem-estar e da inclusão social dos cidadãos atendidos pelo serviço de assistência social.

Dessa forma, a contratação da camionete cabine dupla para o CRAS é fundamental para garantir a eficiência na prestação dos serviços, o cumprimento da legislação e a melhoria na

qualidade de vida da população atendida, contribuindo para o desenvolvimento social e a promoção da cidadania.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Alínea “c”, Inciso XXIII, Art. 6º, Lei n.º 14.133/2021)

As especificações técnicas e quantitativos do objeto "Aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilometro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS" estão descritos em anexo, o qual assegura clareza e detalhamento necessários para a correta execução contratual.

6. DOS REQUISITOS DE AQUISIÇÃO (Alínea “d”, Inciso XXIII, Art. 6º, Lei n.º 14.133/2021)

Requisitos específicos para a contratação do objeto "Aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilometro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS":

1. Critérios de sustentabilidade: A camionete deve atender aos critérios de sustentabilidade estabelecidos, como consumo de combustível, emissão de poluentes, entre outros.
2. Vedação de indicação de marcas e modelos: A contratação não poderá indicar marcas ou modelos específicos, devendo ser realizada por meio de processo licitatório que permita a participação de diferentes fornecedores.
3. Vedação de indicação de marcas e modelos: A contratação não poderá indicar marcas ou modelos específicos, devendo ser realizada por meio de processo licitatório que permita a participação de diferentes fornecedores.
4. Condições para subcontratação: Deve-se estabelecer as condições e restrições para a subcontratação de serviços relacionados à camionete, caso seja necessário.

5. Garantias exigidas ou não: Deve-se definir se serão exigidas garantias para a camionete adquirida, como garantia de fábrica ou seguro, ou se a contratação será realizada sem a necessidade de garantias.

6. Emplacamento por conta da Contratada (todos os custos com transferência e despachante será de responsabilidade da CONTRATADA).

Complementando o texto, é pertinente mencionar a relevância da participação da Unidade de Licitação – UL, conforme disposto no Art. 22, para coordenar e elaborar os procedimentos licitatórios de acordo com a legislação vigente. Além disso, a Coordenação de Administração e Recursos Humanos – DARH, conforme Art. 23, terá a responsabilidade de fiscalizar os contratos relacionados ao objeto da aquisição da camionete cabine dupla.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Alínea “e”, Inciso XXIII, Art. 6º, Lei n.º 14.133/2021)

O modelo de execução para a aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilômetro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS será realizado de forma única, ou seja, o pagamento será efetuado de uma única vez.

A entrega da camionete deverá ocorrer no local designado pelo CRAS, dentro de um prazo previamente acordado entre as partes no contrato de aquisição. O prazo para a entrega deverá ser cumprido rigorosamente, de acordo com as especificações previstas no contrato. A comunicação de qualquer atraso na entrega deverá ser feita imediatamente ao CRAS, para que sejam tomadas as devidas providências.

A garantia, manutenção e assistência técnica da camionete serão de responsabilidade do fornecedor, que deverá fornecer um serviço de qualidade e dentro dos padrões estabelecidos. A manutenção preventiva e corretiva deverá ser realizada de acordo com as especificações do fabricante do veículo, garantindo assim a durabilidade e bom funcionamento do mesmo. Em caso de qualquer problema, o fornecedor deverá ser acionado imediatamente para resolver a situação.



8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Alínea “f”, Inciso XXIII, Art. 6º, Lei n.º 14.133/2021) (§§ 1º, 2º e 3º, Art. 117, Lei 14.133/2021)

A gestão do contrato de “Aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilômetro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS” seguirá as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre o novo marco legal das licitações e contratos administrativos.

Para garantir a execução contratual de forma eficiente, serão estabelecidos procedimentos claros para a comunicação entre as partes envolvidas, bem como para a adoção de providências em caso de necessidade de alterações no contrato ou solução de problemas que possam surgir durante a vigência do mesmo.

Serão designados mecanismos de fiscalização técnica, administrativa e setorial para acompanhamento e monitoramento do cumprimento das obrigações contratuais, visando garantir a qualidade do produto adquirido e o cumprimento dos prazos estabelecidos. A fiscalização será realizada de forma transparente e imparcial, visando o interesse público e a eficiência na gestão do contrato.

Em caso de inexecução por parte do contratado, serão aplicadas as sanções previstas na legislação vigente, como multas, rescisão do contrato e até mesmo a aplicação de medidas judiciais cabíveis. Essas sanções serão aplicadas de forma proporcional à gravidade da inexecução e visam resguardar os interesses da administração pública e da sociedade como um todo.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Alínea “g”, Inciso XXIII, Art. 6º, Lei n.º 14.133/2021)

Os critérios de medição e pagamento para a aquisição da camionete cabine dupla, zero quilômetro, destinada ao CRAS incluem:

- Procedimentos para recebimento provisório e definitivo: O recebimento provisório será realizado após a entrega da camionete e a verificação da conformidade com as

especificações técnicas e condições estabelecidas no contrato. O recebimento definitivo será feito após a utilização da camionete pelo CRAS por um determinado período de tempo, sem apresentar problemas ou defeitos.

- Prazos para liquidação e pagamento: O pagamento será realizado após o recebimento definitivo da camionete, de acordo com os prazos estabelecidos em contrato.

- Documentos obrigatórios: Para o pagamento, serão exigidos os seguintes documentos: nota fiscal, comprovante de regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, certidões negativas de débitos, entre outros documentos exigidos pelas normas vigentes.

- Eventual possibilidade de antecipação de pagamento: Não há previsão de antecipação de pagamento, sendo o pagamento realizado após o recebimento definitivo da camionete.

- Responsabilidades relacionadas à regularidade fiscal e trabalhista: O fornecedor deverá estar regular perante os órgãos fiscais e trabalhistas, apresentando as certidões e comprovantes necessários para garantir a regularidade da empresa. O não cumprimento dessas obrigações poderá acarretar em penalidades, inclusive a rescisão do contrato.

10. FORMA E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Alínea "h", Inciso XXIII, Art. 6º, Lei n.º 14.133/2021)

Os critérios de seleção para o fornecimento do objeto "Aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilometro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS" serão os seguintes:

- Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico.
- Critério de julgamento: Menor preço.
- Forma de fornecimento: Integral.

- Requisitos de habilitação: Os licitantes deverão comprovar habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira de acordo com o edital de licitação.

Além disso, o documento complementar "Ao Diretor Administrativo Financeiro compete propor ações direcionadas a administração, finanças, logística, alimentação escolar, transporte escolar e materiais e equipamentos, dar execução às decisões de caráter administrativo, coordenar a realização das atividades relacionadas ao processo licitatório no âmbito de sua área de competência, indicar os gestores e fiscais dos contratos e convênios relativos à sua área de competência, e desempenhar outras atividades correlatas" pode ser relevante para a gestão do processo de licitação e contratação da camionete.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Alínea "i", Inciso XXIII, Art. 6º, Lei n.º 14.133/2021)

Para a estimativa de custos da aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilômetro, destinada ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, o valor total estimado é de R\$ 159.600,00. Este valor não é sigiloso, estando disponível para consulta pública. As fontes de pesquisa de preços utilizadas para chegar a essa estimativa seguiram o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, incluindo consulta a fornecedores do ramo, pesquisa de preços em sites especializados, comparativos de preços de veículos similares no mercado, entre outros métodos de verificação de valores.

No que diz respeito à matriz de riscos, é importante considerar que alguns fatores podem impactar os custos da aquisição, como variações cambiais, oscilações no mercado de veículos, tributos incidentes, entre outros. Sendo assim, é fundamental realizar uma avaliação contínua dos riscos relacionados aos custos do projeto e estar preparado para possíveis ajustes orçamentários, caso necessário. A elaboração de um plano de contingência também é recomendada para mitigar eventuais impactos negativos nos custos da aquisição da camionete.

12. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo de entrega do veículo será de 30 dias após a entrega do empenho a empresa vencedora e deverá ser entregue no almoxarifado central, localizado na Av. Capitão Silveira, ao lado da Prefeitura Municipal, Bairro Planalto, em São Miguel do Guaporé/RO, no horário das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA (Alínea “j”, Inciso XXIII, Art. 6º, Lei n.º 14.133/2021)

As despesas deste processo serão cobertas com recursos do orçamento vigente oriundos da Funcional Programática: 07.001.08.244.0012.2.093 – Aquisição de Veículo Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – 16600070 e 26600070 Equipamentos e Material Permanente.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Receber a camionete cabine dupla, zero quilômetro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de acordo com as especificações estabelecidas no contrato.
2. Realizar a fiscalização do objeto adquirido, verificando se o mesmo atende aos requisitos técnicos e de qualidade previamente acordados.
3. Comunicar imediatamente à contratada qualquer falha ou irregularidade identificada no objeto adquirido, para que as devidas providências sejam tomadas.
4. Efetuar o pagamento relacionado à aquisição da camionete cabine dupla, zero quilômetro, dentro dos prazos determinados no contrato.
5. Não assumir responsabilidades pela contratada, garantindo que o objeto adquirido esteja em conformidade com o estabelecido no contrato e que todas as obrigações da contratante foram cumpridas de acordo com o acordado.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Entregar a camionete cabine dupla zero quilômetro conforme as especificações e prazos definidos no contrato.
- Responsabilizar-se por vícios e danos que possam ocorrer no veículo durante o período de garantia.
- Substituir e corrigir quaisquer falhas ou defeitos que forem identificados no veículo.
- Realizar a manutenção necessária para garantir que a camionete permaneça em perfeitas condições de uso e habilitação para atender as necessidades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

16. DO REAJUSTE

As regras de reajuste do contrato referente à aquisição da camionete cabine dupla devem seguir os seguintes critérios:

1. Fixação de preços por um ano: O preço a ser pago pela camionete será fixado pelo período de um ano a partir da assinatura do contrato, não podendo ser reajustado nesse período.
2. Aplicação de índice: Após o primeiro ano, os reajustes no preço da camionete serão aplicados com base no índice IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial), que é um índice oficial de inflação.
3. Procedimentos para reajustes subsequentes: Os reajustes subsequentes serão realizados anualmente, considerando a variação do IPCA-E no período de referência.
4. Forma de cálculo e memória de cálculo: O cálculo do reajuste será feito da seguinte forma: $\text{Novo preço} = \text{Preço atual} \times (1 + \text{variação do IPCA-E})$. A memória de cálculo deverá ser disponibilizada juntamente com a solicitação de reajuste.
5. Possíveis substituições de índice: Em caso de extinção ou substituição do IPCA-E por outro índice oficial, as partes deverão negociar uma nova forma de reajuste que seja adequada e transparente para ambas as partes.



Estas regras são importantes para garantir a transparência e a previsibilidade nos reajustes do contrato, evitando possíveis desentendimentos entre as partes envolvidas.

17.SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sanções administrativas são medidas punitivas que podem ser aplicadas pela Administração Pública em caso de descumprimento das obrigações previstas no contrato de aquisição de uma camionete cabine dupla, zero quilometro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, as sanções previstas são a advertência, multa, impedimento e declaração de inidoneidade.

A advertência é uma medida que tem como objetivo alertar o fornecedor sobre o descumprimento de suas obrigações e orientá-lo a regularizar a situação. A multa é uma sanção pecuniária que pode ser aplicada em caso de atraso na entrega do veículo ou descumprimento de outras cláusulas contratuais. O valor da multa deve ser previamente estipulado no contrato.

O impedimento é uma sanção que consiste na proibição do fornecedor de contratar com a Administração Pública por um período determinado, como forma de penalidade pelo descumprimento das obrigações contratuais. Já a declaração de inidoneidade é a sanção mais grave, que impede o fornecedor de contratar com a Administração Pública por prazo indeterminado, em razão de condutas que firam a ética e a legalidade.

É importante ressaltar que, antes da aplicação de qualquer sanção, o fornecedor deve ser garantido o contraditório e a ampla defesa, ou seja, ele deve ter a oportunidade de se manifestar e apresentar argumentos em sua defesa antes da imposição da penalidade. O fornecedor também deve ser notificado de forma fundamentada sobre a sanção que será aplicada e ter o direito de recorrer da decisão.

Dessa forma, as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 visam garantir o cumprimento dos contratos celebrados com a Administração Pública, assegurando a lisura, a transparência e a eficiência na execução dos serviços contratados.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvidas no objeto da presente contratação, contidas nas legislações correlatas.

As partes contratantes elegem o foro de São Miguel do Guaporé/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

À vista das informações contidas nestes autos e com observância à Lei Federal 14.133/21, **APROVO** o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a realização do procedimento de Dispensa de Licitação.

São Miguel do Guaporé/RO, de 30 de outubro de 2025

Responsável pela elaboração:

Taynara Ferreira Costa
Assessoria Geral de Programas Sociais
Portaria n.º 561/GAB/2025

Aprovo este documento.
São Miguel do Guaporé - RO, 30 de outubro de 2025.

(assinatura eletrônica)
Raquel Selos de Oliveira Mesquita
Secretário Municipal Trabalho e Ação Social
Portaria n.º 14/SEMUG/2025

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

A Prefeitura Municipal de

Abertura:/2025

Horário:

Objeto:

Identificação da empresa (Razão Social/Endereço/Município/Estado Fone/Fax: __ E-MAIL: _____

Conta Corrente nº _____. Agência nº _____ Banco _____

Identificação do responsável legal da empresa: _____ CPF: _____ RG: _____

Encaminhamos a esta Comissão Permanente de Licitação/CPL, nossa Proposta de Preços, referente à licitação em epígrafe.

Item	Qtd.	Un	Descrição	Marca	V. Unit	V. Total

Nossa proposta tem o preço global fixado em: **R\$**

O prazo de entrega: Conforme especificação constante no Termo de Referência

O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da apresentação desta proposta.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Declaramos sob as penas do Art. 299 do código Penal, de que teremos a disponibilidade dos produtos e/ou serviços, caso venhamos a vencer o certame do objeto licitado, para realizar a entrega e/ou execução nos prazos e condições previstas, conforme exigido no Edital.

Local, ____ de ____ de ____

Nome e assinatura do Representante Legal

ANEXO IV
(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

A Prefeitura Municipal de

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF Nº _____, **para os fins de direito**, especificamente para participação desta licitação, o que se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

III - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

IV - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

V - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VI - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

VIII - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

IX - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

X - Declara de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63º inciso IV da Lei 14.133/2021

XI - Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos

no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

XII- Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021)

DECLARO ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE L/C 123/06.)

A Prefeitura Municipal de

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua ____ Município de _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº ____ e do CPF nº _____. **DECLARA**, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido e observado o disposto no art.2º inciso V, da Lei nº 14.133, de 2021;

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

() **COOPERATIVA**, conforme disposto no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

() **AGRICULTOR FAMILIAR/ PRODUTOR RURAL**, conforme Decreto n.º 8.538, de 2015.

DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/202, e neste Edital.

(Local e data)

(Nome, cargo e CPF do Declarante)
CNPJ da empresa

ANEXO VI

TERMO DE COMPROMISSO

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Pelo presente Termo de Compromisso, propomo-nos a entregar/executar os materiais/serviços de que trata o Pregão Eletrônico, nº /2025, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os Quantitativos especificados neste Edital.

Declaramos, ainda que:

- a) Caso seja vencedora do certame, o pessoal técnico, necessário encontra-se disponível para execução dos materiais/serviços objeto da presente licitação.
- b) Declaramos sob as penas da lei, que até a presente data, INEXISTEM fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como não se encontra em estado de inidoneidade declarado ou suspenso, por nenhum órgão da administração pública federal, estadual, municipal ou do distrito federal, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Estamos cientes e declaramos PLENA SUBMISSÃO às condições e exigências deste Edital, em todas as fases da licitação.
- d) Declaramos a ASSUNÇÃO de responsabilidade pela execução dos materiais/serviços e sujeição às condições estabelecidas no presente Edital;
- e) RECONHECEMOS o direito da Administração Pública de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, na forma da Lei;
- f) CONCORDAMOS em firmar o contrato para execução dos materiais/serviços relacionados na presente proposta pelos respectivos preços se para isso formos notificados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ RO;
- g) Declaramos que, caso vencedora do certame, CUMPRIREMOS fielmente as disposições concernentes nas Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, especialmente a de número 10 e 18, normas estas que estabelecem diretrizes de ordem administrativa planejamento organizacional, que respaldam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança dos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção, bem como as prescrições da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), pertinente aos materiais/serviços de que trata esta despesa;
- h) Declaramos para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possuímos em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

_____, em ____ de ____ de 2025.

EMPRESA LICITANTE

CNPJ:

Local e data:

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

Processo Administrativo nº...../2025

Pregão Eletrônico nº...../2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, ESTADO DE RONDÔNIA E A PESSOA JURÍDICA DENOMINADA

O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO**, com sede na Avenida São Paulo, nº. 1490, Cristo - Rei, na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº 22.855.167/0001-77 neste ato representado(a) pelo(a) seu prefeito municipal Sr., portador do RG nº....., CPF nº..... e Termo de Posse nº....., doravante denominado **CONTRATANTE**, e a pessoa jurídica denominada de....., inscrita no CNPJ sob nº....., estabelecida na, representada neste ato pelo seu Representante Legal Sr(a)....., portador(a) do RG n.º, SSP/....., e CPF n.º, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Processo nº/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº...../2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	V. Unit	V. Total

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. Estudo Técnico Preliminar ETP;
- 1.3.3. O Edital da Licitação;
- 1.3.4. A Proposta final do contratado;
- 1.3.5. Outros anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua publicação, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#), podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

2.1.1. A prorrogação não se amolda ao pretendido.

3. CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da aquisição é de R\$.. (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de licenciamento em órgãos ambientais, frete, garantia legal e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O critério e prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexos a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. O reajuste não se amolda ao pretendido.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. Receber a camionete cabine dupla, zero quilômetro, destinada ao atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de acordo com as especificações estabelecidas no contrato.

8.2 Realizar a fiscalização do objeto adquirido, verificando se o mesmo atende aos requisitos técnicos e de qualidade previamente acordados; Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas em lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 dias.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10.1.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prestado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- d) O atraso superior a 40 (quarenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral de cada Secretaria Municipal, na dotação abaixo discriminada:

Ficha:

Unidade:

Funcional:

Classificação:

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº [14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

São Miguel do Guaporé/RO.....de.....de 2025.

Representante legal da CONTRATANTE.

Representante legal da CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

1 - _____

Nome:

CPF:

2 - _____

Nome:

CPF: